

**Área Temática:  
Eleições e Representação Política**

Coordenadores:  
Luciana Veiga/UNIRIO e Yan de Souza Carreirão/UFSC

**PARTIDOS PEQUENOS E RESULTADOS ELEITORAIS NO BRASIL\***

**Ranulfo Paranhos (ICS/UFAL)**

E-mail: [ranulfoparanhos@me.com](mailto:ranulfoparanhos@me.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5670542372454107>

**Willber Nascimento (DCP/UFPE)**

E-mail: [nascimentowillber@gmail.com](mailto:nascimentowillber@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6856013993591304>

**José Alexandre Silva Junior (ICS/UFAL)**

E-mail: [jasjunior2007@yahoo.com.br](mailto:jasjunior2007@yahoo.com.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5100245942386773>

**RESUMO**

Qual impacto dos partidos pequenos sobre os resultados eleitorais? Esse trabalho analisa o desempenho eleitoral dos partidos pequenos e testa duas hipóteses: (1) os partidos pequenos tendem a aumentar os indicadores de volatilidade eleitoral e (2) se beneficiam mais da desproporcionalidade do sistema eleitoral. Metodologicamente, o desenho de pesquisa utiliza análise de *cluster* para classificar o tamanho dos partidos a partir do seu percentual de votos nas unidades federativas. Para tanto, utilizamos um banco de dados original sistematizado a partir de dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os anos de 1998 a 2014. Os principais resultados indicam que: (1) por ser transparente e replicável, a classificação via análise de *cluster* é analiticamente mais sofisticada; (2) os partidos pequenos exercem um efeito fraco sobre a volatilidade eleitoral; e (3) os partidos pequenos se beneficiam menos da desproporcionalidade do que os maiores partidos. Esse trabalho contribui para o avanço da literatura sobre o tema ao demonstrar empiricamente o efeito dos partidos pequenos sobre a dinâmica eleitoral no Brasil.

**Palavras-Chave:** Partidos Pequenos; Análise de Cluster; Volatilidade eleitoral; Desproporcionalidade.

---

\*Agradecemos ao grupo Métodos de Pesquisa em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ao *Berkeley Initiative for Transparency in the Social Sciences* (BITSS). O trabalho se beneficiou imensamente das sugestões recebidas pelos pareceristas da *Brazilian Political Science Review* (BPSR) em uma versão publicada na mesma revista. Este trabalho contou com o aporte financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Para a senso comum os “partidos pequenos” (Pp)<sup>2</sup> são fracos organizacionalmente, não apresentam candidatos fortes (puxadores de voto) e não possuem chances reais de vitória. Apesar disso, os partidos pequenos são bastante citados pela literatura especializada (RODRIGUES, 1995; ASSIS, 1997; DANTAS e PRAÇA, 2004 e 2010; MACHADO, 2005 e 2012; e MELO e EV, 2014). No Brasil, esses partidos são vistos como um mal efetivo, são considerados responsáveis por parte das altas taxas de volatilidade e fragmentação presentes nas arenas eleitoral e parlamentar. Além disso, os Pp são rotulados de parasitas do sistema político brasileiro. Acredita-se que essas legendas dependem da “ajuda” dos maiores partidos nas coligações. Sem os maiores partidos seria impossível que os pequenos conseguissem assentos no parlamento. Apesar dessa atribuição de cargas negativas, raramente os Pp são objeto de análises específicas. Em geral, os estudos ignoram sistematicamente o impacto dos Pp sobre os resultados eleitorais.

Mas afinal, qual impacto dos partidos pequenos sobre os resultados eleitorais? O principal objetivo desse trabalho é responder essa questão. Para tanto, analisamos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições de 1998 a 2014 para o cargo de Deputado Federal. Mais precisamente, propomos uma classificação dos partidos via análise de conglomerados (*clusters analysis*) a partir do seu percentual de votos nas unidades federativas. Além disso, empregamos técnicas de estatística descritiva e inferencial para estimar o efeito dos partidos pequenos sobre os resultados eleitorais, particularmente, em função da volatilidade e proporcionalidade.

Para atender ao desenho de pesquisa, o artigo apresenta mais quatro seções. A seguir, apresentamos os principais prognósticos e achados da literatura nacional. Na sequência, definimos os procedimentos metodológicos com o objetivo de garantir a replicabilidade dos resultados. Na quarta seção, reportamos os resultados. A última seção apresenta as considerações finais.

## 2. Os Partidos Pequenos no Brasil

---

<sup>1</sup> Materiais de replicação estão disponíveis no endereço eletrônico: <<http://dx.doi.org/10.7910/DVN/H9IUU5>>.

<sup>2</sup> Neste artigo utilizaremos “Pp” para fazer referência ao conceito de “partidos pequenos”.

Teoricamente, a preocupação com os Pp se tornou mais intensa a partir da redemocratização. A abertura política possibilitou a criação de legendas a partir de regras consideradas pouco exigentes. Nesse momento, especialistas e leigos começaram a temer os efeitos negativos de uma possível avalanche de novos partidos políticos (ALMEIDA, 2007; MARCHETTI, 2008; RABAT, 2012). Por um lado, esperava-se um aumento da fragmentação partidária e reflexos negativos desse fenômeno na governabilidade (RODRIGUES, 1995; ASSIS, 1997; MELO, 2010; 2011; MELO & CÂMARA, 2012). Por outro, aguardava-se redução da identificação partidária e maior volatilidade eleitoral. Portanto, a expectativa sobre a criação de novos partidos correspondia a um duplo efeito negativo. O primeiro atingiria em cheio a arena legislativa, o segundo a eleitoral.

Segundo Kinzo (2004), o sistema partidário brasileiro tornou-se um dos mais fragmentados do mundo. Para muitos, a fragmentação partidária e multipartidarismo extremado dificulta a criação/manutenção de uma base de sustentação legislativa para os governos brasileiros (MAINWARING, 1999; RODRIGUES, 1995; NOVAES, 1996; MANEGUELO, 1998; KINZO, 2004). Grande parte desse problema é creditada à facilidade com que se cria partidos políticos no Brasil<sup>3</sup>. Dessa forma, responsabiliza diretamente os partidos ditos nanicos ou pequenos (RODRIGUES, 1995).

No mínimo, esse contexto aponta a necessidade de adoção de um teto para a participação dos Pp na arena legislativa. De maneira geral, fala-se da importância de uma cláusula de desempenho com uma dupla função: (1) inibir a criação de novos partidos e (2) reduzir as chances de Pp obterem representação legislativa (MARCHETTI, 2008; RABAT, 2012).

Na arena eleitoral, Peres, Ricci e Rennó (2011) defendem que o número excessivo de partidos aumenta a volatilidade eleitoral. O surgimento de novas legendas é um obstáculo a mais para fidelização partidária. Mais precisamente, a profusão de legendas tende a confundir o mercado eleitoral e a mente do eleitor (FEREJONH, 1977; KINZO, 2004; BOHN e PAIVA, 2009; KRAUSE *et al*, 2013). Consequentemente, os partidos perdem a propriedade de *label* e a volatilidade tende a crescer (MAINWARING e TORCAL, 2005). Parte da literatura argumenta que os Pp contribuem decisivamente para esse cenário. Em especial, porque são criados e

---

<sup>3</sup> Recentemente, o TSE recebeu um pedido para criação do PNC (Partido Nacional Corinthiano), ver <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/corinthians-podera-ter-o-seu-proprio-partido-politico>

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

recriados a mão livre, ou seja, com pouco/nenhum conteúdo ideológico (MAINWARING, 1999).

Nesse caso, parte da indefinição das disputas eleitorais é atribuída à criação de partidos, mais especificamente, aos Pp. Adicionalmente, os Pp são considerados agentes ativos no mercado eleitoral. Segundo Machado (2005), eles negociam seu apoio com as legendas maiores na disputa principal em troca de suporte nas demais. Portanto, os Pp influenciam as disputas eleitorais, mesmo quando não lançam candidatos (MACHADO, 2012). Em resumo, há razões teóricas para esperar um efeito negativo da profusão de partidos na arena eleitoral. Particularmente, espera-se que os Pp reduzam a identificação partidária e aumentem a volatilidade eleitoral.

A maior parte dos estudos não conta com uma base empírica para classificação dos partidos. Na verdade, são poucos os trabalhos que estabelecem algum critério que dimensionam o tamanho dos partidos políticos no Brasil (RODRIGUES, 1995; ASSIS, 1997; DANTAS e PRAÇA, 2004 e 2010; MACHADO, 2005 e 2012; e MELO e EV, 2014).

Comparativamente, os trabalhos de Dantas e Praça (2004; 2010) representam o maior esforço em mapear os resultados eleitorais dos partidos pequenos no Brasil. O primeiro trabalho refere-se à tentativa de definir ou classificar o que seja um Pp e o segundo, o de analisar a formação e a coerência ideológica das coligações eleitorais. Ambos os trabalhos adotam como parâmetro de classificação o desempenho dos partidos em eleições para a Câmara dos Deputados.

Rodrigues (1995) e Assis (1997) buscam evidenciar o efeito perverso dos Pp no sistema político. Para ambos, trata-se de estruturas irrelevantes que dificultam a governabilidade e servem apenas aos interesses pessoais dos seus líderes. Tanto Rodrigues (1995) quanto Assis (1997) utilizam como parâmetro de classificação o desempenho eleitoral dos partidos na disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Dantas e Praça (2004) investigam a hipótese corrente na literatura de que os partidos pequenos buscam “abrigo” nas grandes legendas com a proximidade do pleito. De acordo eles, 85% das coligações realizadas por Pp contam com partidos maiores. Além disso, apontam uma grande consistência ideológica entre as alianças celebradas por Pp. Em 74% das coligações formadas, os Pp de direita estavam coligados com partidos grandes de posicionamento ideológico semelhante. Da mesma maneira, os Pp de esquerda, estavam coligados com grandes partidos de esquerda. Por fim, Dantas e

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

Praça (2010) verificam que os Pp estão alargando suas bases, ou no mínimo, estão disputando eleições em mais municípios.

Para Machado (2012), os partidos pequenos dependem dos partidos grandes para construir suas coligações. Ela estabelece uma relação direta e positiva entre disputas para governo estadual e coligação para as disputas à Câmara dos Deputados. Machado (2012) argumenta que os partidos maiores ajudam os menores construindo coligações para a Câmara dos Deputados. Em troca os partidos pequenos eximem-se da disputa ao governo estadual e coligam-se a grandes partidos para oferecer suporte (Horário Eleitoral Gratuito, cumprimento da cota mínima exigida para candidatas, entre outros).

Ainda, segundo Machado (2012) os Pp são os mais dependentes das coligações. Segundo ela, é praticamente impossível que as legendas nanicas conquistem cadeiras no legislativo sem esse artifício. Como na disputa majoritária o quadro é ainda pior, os partidos pequenos devem sua sobrevivência política às coligações (MACAHADO, 2012). Obviamente, essa “muleta” será mais eficiente na medida em que os Pp conseguem aferir vantagens das alianças (MACHADO, 2012; DANTAS & PRAÇA, 2004; 2010). Uma das consequências dessa política é o aumento da distorção da distribuição de cadeiras pelo desempenho eleitoral dos partidos.

Melo e Ev (2014) focam a análise nas cadeiras ganhas por esses partidos na Câmara dos Deputados, no número de prefeitura que eles dispõem e na distribuição territorial dos votos. Ao final, eles apontam uma tendência de crescimento eleitoral de alguns partidos e uma relação entre esse movimento e o grau de capilaridade territorial. Além disso, eles mostram que os Pp exitosos (que ganham cadeiras e/ou prefeituras) tendem a manter seu desempenho eleitoral. Em sua maioria, são capazes de utilizar seu peso político para estabilizar sua performance eleitoral.

Em resumo, é possível identificar dois pontos de consenso na literatura. O primeiro refere-se à participação estratégica dos Pp nas coligações. A sobrevivência política depende de suas alianças. Ao mesmo tempo, a literatura aponta um crescimento significativo do apoio eleitoral dos partidos pequenos, tanto em número de votos quanto em cadeiras conquistadas (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; EV e MELO, 2014). Ao que parece, os Pp vão ganhando peso e se espalhando pelo território nacional.

A face teórica do debate aponta efeitos na arena legislativa e eleitoral. Na primeira, espera-se que eles aumentem a fragmentação e dificultem a governabilidade. Na arena eleitoral, a expectativa é de um aumento da volatilidade e da desproporcionalidade. Nesse trabalho buscamos investigar apenas o efeito sobre os

resultados eleitorais. Em outros termos, queremos estimar o impacto dos Pp na volatilidade eleitoral e na distribuição de cadeiras por partido.

### 3. Metodologia

#### 3.1 Tamanho dos Partidos

A estimação do tamanho dos partidos tem se tornado uma tarefa espinhosa para a literatura especializada (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; MELO e EV, 2014). Em geral, adota-se dois procedimentos: (1) atribuição de intervalos fixos (ASSIS, 1997; RODRIGUES, 1995; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; MACHADO, 2012; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010) ou (2) indefinição das categorias (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 2004; NICOLAU, 2006; CARREIRÃO, 2006, 2012; FLEISHER, 2007; ALMEIDA, 2007; LIMONGI e CORTEZ, 2010; MELO, 2010; PERES, RICCI e RENNÓ, 2011).

Especificamente sobre os Pp, Dantas e Praça (2004) e Melo e Ev (2014) admitem não ser possível encontrar uma definição de partido que os compreenda. Segundo eles, a maneira mais simples de caracterizá-los é analisar o apoio eleitoral. Isso porque todos os partidos competem no mercado eleitoral e buscam formular políticas para maximizar as chances de sucesso (SCHUMPETER, 1952; DOWNS, 1999). Afinal, quanto de apoio um partido precisa para ser considerado pequeno? O quadro 1 sumariza os critérios utilizados pela literatura.

**Quadro 01 – Tamanhos dos Partidos Pequenos**

<b>Trabalho</b>	<b>Principal Parâmetro</b>	<b>Intervalo</b>
Rodrigues (1995)	Quantidade de cadeiras na Câmara dos Deputados	11 - 30
Dantas e Praça (2004, 2010)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	0 - 1
Assis (1997)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	3,1 - 5
Machado (2012)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	1,1 - 10
Melo e EV (2014)	Percentual de votos – Câmara dos Deputados	0 – 2,5

Fonte: elaboração dos autores (2015).

Quanto ao parâmetro, quatro dos cinco trabalhos utilizam o percentual de votos. Como exceção, Rodrigues (1995) utiliza a quantidade de cadeiras conquistadas. Não há nenhuma coincidência entre os limites estabelecidos pelos trabalhos. Em outros termos, partidos que seriam considerados pequenos por uma classificação não é considerado por outra. É impossível identificar qual é o melhor critério. Portanto, nossa classificação se

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

pautará por questões técnicas. A vantagem da nossa classificação é que ela reúne os casos mais semelhantes e separa os mais diferentes (HAIR *et al.*, 2009). Em outros termos, classificações que formam grupos com graus elevados de homogeneidade interna e elevada heterogeneidade externa (HAIR *et al.*, 2009; GUGIU e CENTELLAS, 2013). Além disso, buscamos construir uma tipologia relacional, como sugerido por Dantas e Praça (2004), não designando intervalos fixos para definir que partidos estarão em cada grupo em todas as eleições e em todas as unidades da Federação. Essas faixas variam de acordo com o tamanho dos partidos em um contexto específico (espacial/temporal). A lógica é simples: alguém com 1,70m de altura pode ser considerado baixo entre jogadores da Liga Americana de Basquete (NBA), mas seguramente não será em uma população pigmeus.

Para cumprir com esse desafio, utilizaremos uma análise de *cluster*. Técnica estatística que permite agrupar objetos com base em uma ou mais características particulares. Portanto, definiremos os grupos a partir da distância entre os percentuais de votos que cada partido obtiver em cada unidade federativa.

### 3.2 Efeito dos Partidos Pequenos

De acordo com a literatura os Pp exercem efeito sobre duas dimensões: (1) Volatilidade Eleitoral e (2) Proporcionalidade. Como nosso propósito é verificar o efeito dos partidos pequenos sobre volatilidade eleitoral, utilizamos duas estratégias metodológicas: (1) comparação entre as médias de volatilidade eleitoral das unidades federativas com maior e com menor número de partidos pequenos e (2) análise da correlação entre volatilidade geral (gerada por todos os partidos) e a volatilidade específica dos Pp. Com a primeira estratégia investigamos se a oferta de partidos influencia a volatilidade. Com a segunda, estimamos o efeito da volatilidade específica dos Pp sobre a volatilidade geral.

Quanto a proporcionalidade, também adotamos: (1) análise da associação entre ultrapassagem do quociente eleitoral e a conquista de cadeiras e (2) comparação da média de desproporcionalidade entre grupo de partidos de tamanhos diferentes. Precisamente, a estratégia verifica se os Pp são beneficiados pela política de coligações. No primeiro caso, eles receberão cadeiras mesmo sem atingir o quociente eleitoral, conseqüentemente, estarão contribuindo para aumentar a distorção. Em seguida, o objetivo é verificar se os Pp estão se beneficiando mais da desproporcionalidade que os outros partidos. O quadro abaixo 2 a metodologia.

**Quadro 2. Resumo da Metodologia**

Etapa	Elementos	Descrição
Classificação dos Partidos	Unidade de Análise	Partido $x$ , na UF $y$ , na eleição $z$
	Eleições <sup>4</sup>	1998 a 2014 (disputa para Câmara dos Deputados)
	Variáveis	Porcentagem de votos dos partidos políticos (votos nominais + votos de legenda) na UF
	Técnicas	Análise de Conglomerados; Medida de similaridade: <i>Log-Likelihood</i> ; O método de aglomeração: <i>Two Step Cluster</i> . Quantidade de categorias: determinada espontaneamente
Estimação do Efeito	Unidade de Análise	Partido $x$ , na UF $y$ , na eleição $z$
	Eleições	1998 a 2014 (disputa para Câmara dos Deputados)
	Variáveis	Volatilidade eleitoral (todos os partidos); Volatilidade eleitoral (Pp); Desproporcionalidade; Quociente eleitoral; Cadeira conquistadas
	Técnicas	Teste $t$ para Comparação de Médias; Análise de Correlação; Análise de Variância e Teste de Associação de <i>qui-quadrado</i>

Fonte: elaboração dos autores (2015).

## 4. Resultados

### 4.1. Análises descritivas dos dados

Esta seção está dividida em duas partes. Em primeiro lugar copáramos os resultados da nossa classificação com as demais e apresentamos o desempenho eleitoral dos partidos pequenos. Na segunda parte testamos as hipóteses de trabalho acerca dos efeitos dos partidos pequenos na volatilidade eleitoral e na proporcionalidade.

O primeiro passo para identificar o efeito dos Pp nos resultados eleitorais é mensurar o tamanho dos partidos políticos. Para isso, agrupamos os partidos conforme o percentual de votos conquistados na UF via análise de conglomerados. Esse procedimento leva em conta a variação dos subsistemas partidários estaduais como indicado por Lima Jr. (1983)<sup>5</sup>. Portanto, o tamanho do partido varia segundo o contexto de competição partidária estadual. Nossa classificação indicou a formação de três grupos de partidos com tamanhos diferentes (pequenos, médios e grandes). No entanto, em algumas UFs, a solução indicou apenas dois grupos definidos como pequenos e grandes. A tabela 1 resume a frequência percentual do tamanho dos partidos por unidade da Federação.

**Tabela 1. Percentual do tamanho dos partidos políticos por UF (1998-2014)**

UF	Pequeno	Médio	Grande	UF	Pequeno	Médio	Grande
AC	60,58	31,73	7,69	PA	86,72	--	13,28

<sup>4</sup> O repositório dos dados do TSE para as eleições de 1990 e 1994 não dispõe dos dados para as unidades da Federação correspondente a todas as variáveis aqui atualizadas, por esta razão optamos por não fazer análise incompleta dos dados.

<sup>5</sup> Agradecemos ao parecerista anônimo da revista BPSR que também havia indicado a importância de classificar o tamanho do partido em relação a UF específica em que ele está competindo.



AL	60,9	26,32	12,78	PB	66,93	26,77	6,3
AM	68,75	24,22	7,03	PE	79,17	--	20,83
AP	72,27	--	27,73	PI	85,16	--	14,84
BA	89,47	--	10,53	PR	67,14	20	12,86
CE	89,47	--	10,53	RJ	67,12	23,97	8,9
DF	88,89	--	11,11	RN	73,77	--	26,23
ES	78,2	--	21,8	RO	65,52	23,28	11,21
GO	74,79	21,01	4,2	RR	79,17	18,33	2,5
MA	72,59	24,44	2,96	RS	79,53	--	20,47
MG	66,9	23,24	9,86	SC	82,81	--	17,19
MS	88,46	--	11,54	SE	69,47	--	30,53
MT	75,44	--	24,56	SP	81,63	--	18,37
				TO	78,51	--	21,49

Fonte: elaboração dos autores (2015).

No período de 1998 a 2014, das unidades federativas que possuem três grupos de partidos, Roraima apresentou a maior incidência de partidos pequenos (79,17%), seguido de Goiás (74,79%). Por outro lado, nos estados com dois grupos de partidos, Bahia (89,47%) e Ceará (89,47%) apresentaram os maiores percentuais de Pp, seguidos de Distrito Federal (88,89%) e Mato Grosso do Sul (88,46%). Para avaliar essa metodologia, confrontamos nossa classificação com outras constantes na literatura. A tabela 2 sumariza os resultados.

**Tabela 2. Anova<sup>6</sup> das classificações do tamanho dos partidos pequenos**

	Soma dos quadrados		df	N	F	Sig.
	Entre os grupos	Dentro dos grupos				
Nossa Classificação (2015)	39.559,832	10.227,534	2	1.409	2.721,119	0,000
Machado (2012)	38.309,389	11.477,976	2	1.409	2.348,032	0,000
Assis (1997)	38.829,978	10.957,388	3	1.409	1.660,826	0,000

Fonte: elaboração dos autores (2015).

A tabela reporta os resultados de uma análise de variância. Nossa classificação tem a maior soma dos quadrados da variância externa (entre os grupos) e menor soma dos quadrados da variância interna (dentro dos grupos). Esse resultado garante a maior estatística *F*. Em conjunto, isso significa que a classificação via análise de *cluster* apresenta grupos mais homogêneos internamente e mais diferentes entre si. Conseqüentemente, maximiza a premissa que havíamos adotado. O confronto com algumas classificações necessita de um procedimento diferente. A razão é o número de

<sup>6</sup> A ANOVA é uma técnica utilizada para comparar médias de três ou mais condições com base em sua variância amostral (TRIOLA, 2011). Portanto a técnica está em busca de diferenças médias entre os grupos. Quanto mais diferentes forem as médias, maior será a variação entre eles, o contrário também é verdadeiro, quanto menos diferença existir entre os grupos menor será a variância (DANCEY e REIDY, 2006).

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

categorias. Por isso, utilizamos um teste *t* para comparar a classificação via conglomerados com outras binárias<sup>7</sup>. A tabela 3 apresenta a comparação.

**Tabela 3. Teste *t* das classificações dos partidos pequenos**

	<b>F</b>	<b>T</b>	<b>Diferença</b>	<b>Sig.</b>
Nossa Classificação (2015)	1.061,927	-37,217	-13,68	0,000
Dantas e Praça (2004)	1.594,076	-32,878	-8,03	0,000
Melo e Ev (2014)	1.819,076	-35,144	-9,77	0,000

Fonte: elaboração dos autores (2015).

Nesse teste, a estatística *F* representa a diferença de variância dos grupos. Grupos com variância semelhantes geram estatísticas *F* menores. Portanto, pode ser considerada melhor a classificação que gerar a menor estatística *F*. Já a diferença entre as médias dos grupos é representada pelo escore *T*, quanto maior a diferença, maior o escore. Em termos substantivos, escore *T* maior indica que a média do percentual de votos dos grupos estão mais distantes. Notadamente, nossa classificação possui o menor escore *F* e o maior escore *T*. Em outros termos, possui os grupos mais homogêneos e com maior diferença entre as médias.

Em resumo, tanto a análise de variância quanto o teste *t* apontam o melhor ajuste da classificação realizada via análise de conglomerados. Dessa forma, podemos afirmar que ela é o melhor caminho para distinguir os Pp dos demais. Sendo assim, seguimos apresentando as principais informações sobre o desempenho eleitoral dos partidos por tamanho e unidade da federação.

A tabela 4 apresenta a variação do percentual de votos do tamanho dos partidos em dois estados: Piauí e Rio de Janeiro. Escolhemos as observações que apresentaram o maior e o menor coeficiente de variação respectivamente.

**Tabela 4. Percentual de votos por tamanho do partido político por UF (1998-2014)<sup>8</sup>**

<b>UF</b>	<b>Tamanho</b>	<b>N</b>	<b>Mín.</b>	<b>Máx.</b>	<b>Média</b>	<b>D. P.</b>	<b>C. V.</b>
PI	Peq.	109	0,01	9,88	1,28	2,4	187,46
	Grand.	19	10,62	38,46	18,99	7,05	37,12
RJ	Peq.	98	0,02	3,34	0,99	0,88	89,34
	Med.	35	3,41	10,04	6,02	2,11	35,12
	Grand.	13	10,8	18,94	14,82	2,73	18,42

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

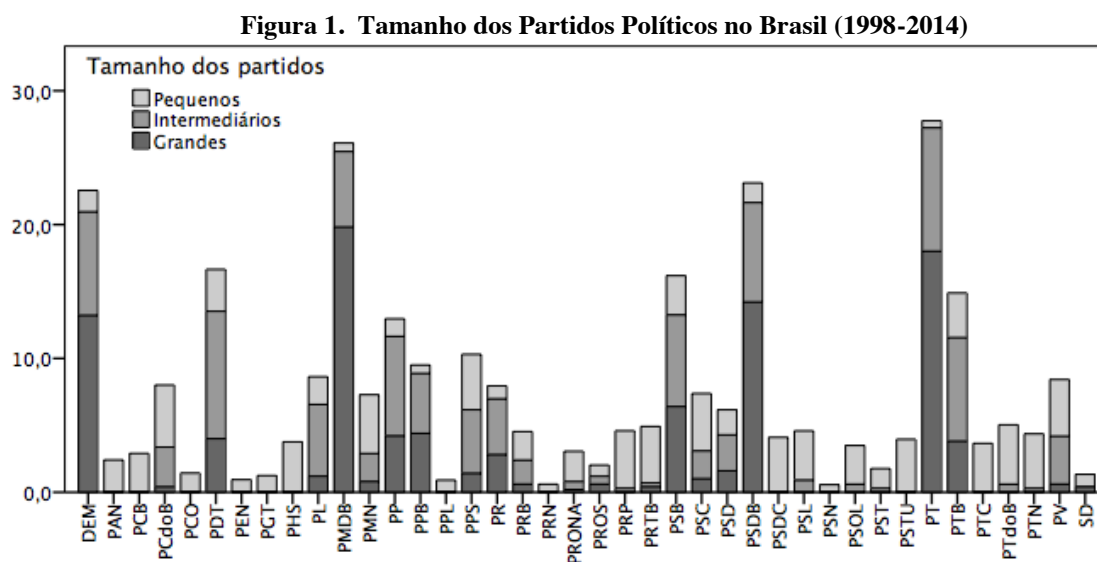
<sup>7</sup> Nesse teste utilizamos apenas as unidades federativas em que a técnica apontou a existência de apenas dois grupos. Para explicar, nossa análise de conglomerados foi realizada dividindo a base de dados por UF. Isso garante que a técnica seja replicada para cada subsistema partidário estadual.

<sup>8</sup> Nos anexos desse trabalho apresentamos a tabela com informações para todas as unidades da Federação.

A média do percentual de votos conquistados pelos Pp no estado do Piauí é de 1,28% enquanto que no Rio de Janeiro é de 0,99%. Comparativamente, os partidos pequenos apresentam maior variação em termos de votos. No Piauí um partido pequeno alcançou 9,88% de votos em uma dada eleição enquanto no Rio de Janeiro o máximo foi de 3,34%. A competição partidária na UF explica parcialmente essa diferença. Enquanto que no Piauí somente partidos pequenos e grandes competem, no Rio de Janeiro existem partidos pequenos, médios e grandes disputando.

Essa variação ilustra a dificuldade de definir faixas fixas percentuais de votos para classificar os partidos, como é usual na literatura. O estabelecimento de limites ignora a variação do desempenho eleitoral dos partidos nos subsistemas estaduais. A análise de *cluster* supera essa dificuldade e relativiza os intervalos das categorias considerando o desempenho eleitoral do conjunto de partidos presentes no subsistema.

Essa metodologia permite também que o mesmo partido assuma tamanhos distintos entre os subsistemas. Em um país de dimensões continentais, é razoável supor que um partido seja grande em uma UF e médio ou pequeno em outra. Isso torna-se ainda mais verdadeiro quando se considera a divisão partidária dos votos em cada subsistema. A figura 1 apresenta a frequência do tamanho dos partidos no período analisado.

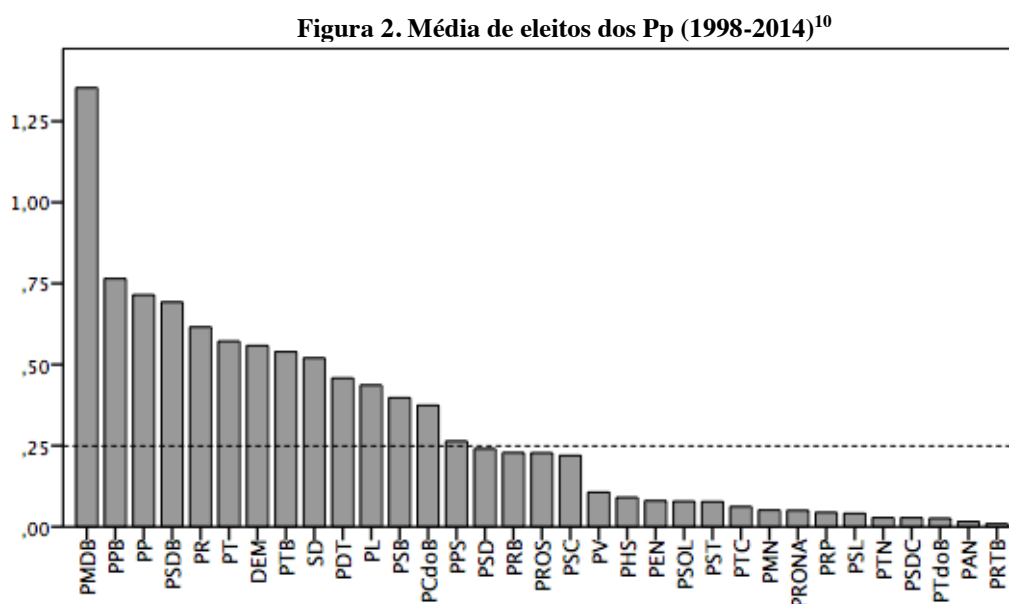


Fonte: elaboração dos autores (2015).

De acordo com a figura todos os partidos foram considerados pequenos em algum momento/UF, mesmo os partidos comumente considerados grandes, como PT, PSDB e PMDB. Salientamos que a porcentagem (100%) fecha em cada tamanho. Por

exemplo, de todos os partidos pequenos no período, o DEM correspondeu a 2,70% deles. Contrariamente, ele corresponde a 13,20% dos partidos grandes. Na composição dos partidos pequenos o PC do B foi aquele com maior expressão (4,63%), seguido do PT do B (4,44%) e do PMN (4,41%)<sup>9</sup>.

Por razão de espaço, é impossível reportar detalhadamente todos os resultados. Ao invés disso, retomamos nosso foco nos Pp e analisamos o efeito da variação de desempenho eleitoral no número de eleitos. A figura 2 apresenta a média de eleitos dos Pp nas últimas cinco eleições.



Fonte: elaboração dos autores (2015).

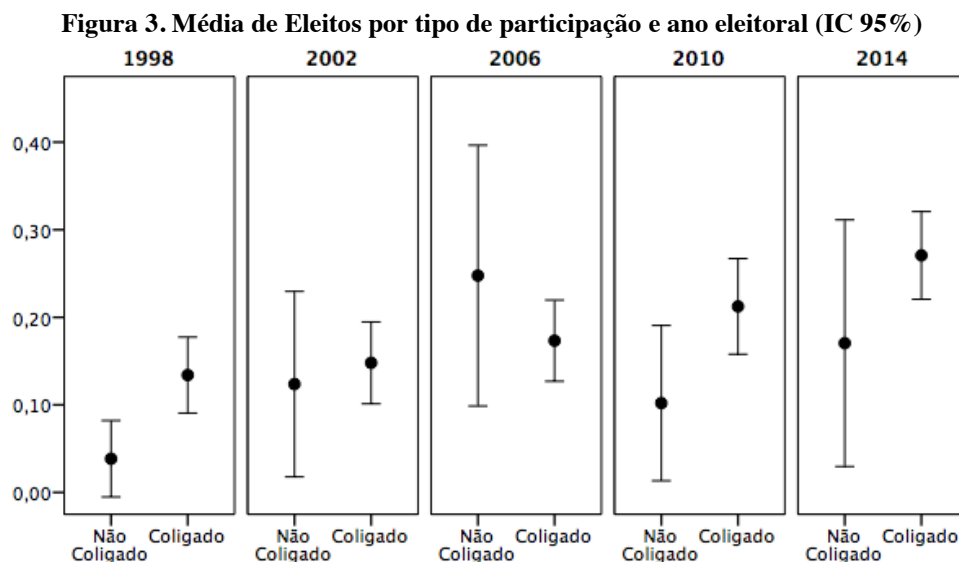
A média de eleitos dos partidos pequenos foi de 0,25 deputados por UF no período de 1998-2014. O PMDB obteve uma média de 1,35 eleitos, seguido pelo PPB (0,76), PP (0,71) e PSDB (0,69). Interessante observar que os Pp com as maiores médias são grandes no cenário nacional, com a exceção do PPB. Dentro dos típicos partidos pequenos, PTB (0,54), PSB (0,40), PC do B (0,37) estão entre aqueles partidos

<sup>9</sup> A perspectiva temporal permite observar movimentos de crescimento ou redução dos partidos. Ver em anexo o gráfico separado por eleição. Além disso, apresentamos a frequência do tamanho dos partidos por eleição e o tamanho dos partidos por UF e eleição.

<sup>10</sup> Em decorrência da quantidade de partidos retiramos aqueles partidos que tiveram uma média de 0: PSTU, PSN, PRN, PPL, PGT, PCO e PCB.

acima da média. Contudo, observa-se que a média de eleitos dos Pp é extremamente baixa<sup>11</sup>.

Não se pode analisar os resultados eleitorais dos partidos pequenos sem olhar sua relação com as coligações. No Brasil a utilização de coligações eleitorais é uma das principais estratégias de competição eleitoral dos partidos políticos, visto que coligados tendem a aumentar suas chances de sucesso eleitoral (SOUZA e CAVALCANTE; 2012; OLIVEIRA, 1973; CARREIRÃO, 2006; KRAUSE e SCHMITT, 2005)<sup>12</sup>. Segundo a literatura, Pp que competem coligados têm mais chances de eleger um candidato do que aqueles que disputam as eleições sem participar delas (DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; MACHADO, 2005; 2012; ASSIS, 1997; RODRIGUES, 1995). A figura 3 ilustra as informações acerca da média de candidatos eleitos dos Pp por tipo de participação e ano eleitoral.



Fonte: elaboração dos autores (2015).

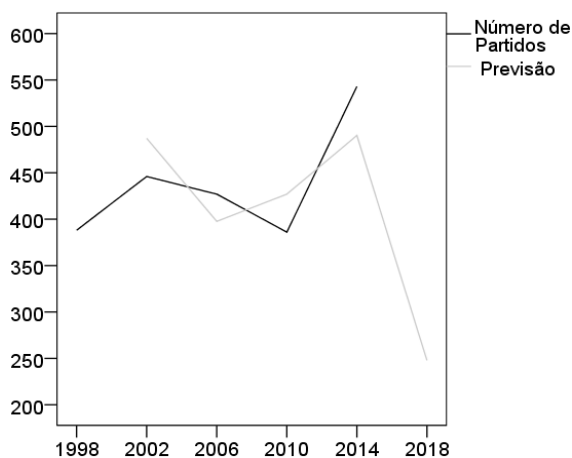
A média de candidatos eleitos tende a ser maior quando o partido pequeno está coligado. A média de cadeiras para um partido coligado foi de 0,13 em 1998 e finaliza a série com 0,27 em 2014. As eleições de 2006 foram atípicas visto que os Pp elegeram em média mais candidatos quando concorreram sem coligação (0,25 eleitos em relação a 0,16 eleitos com coligação).

<sup>11</sup> Nos anexos apresentamos algumas figuras com o total de eleitos por partido pequeno ao longo das cinco eleições analisadas.

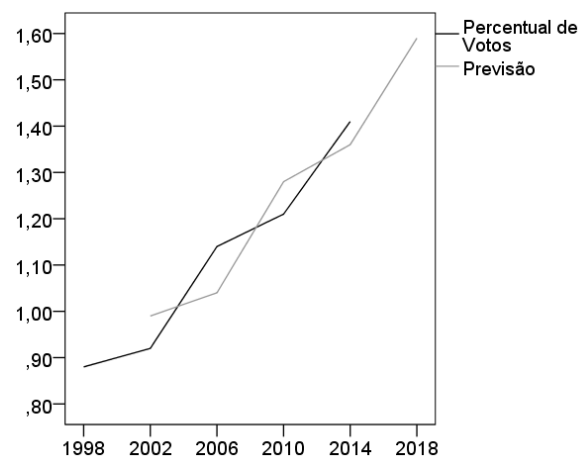
<sup>12</sup> Os dados apontam que os na maioria das vezes os partidos pequenos tendem a competir coligados. Ver anexo desse trabalho.

Para finalizar a descrição do desempenho eleitoral dos partidos pequenos, no nível agregado, importa examinar a série temporal de medidas como: (1) número de partidos; (2) percentual de votos; (3) média de cadeiras conquistadas por UF e (4) contribuição dos partidos para as coligações. O objetivo é descrever a dinâmica dos Pp por eleição. Precisamente, observar se existem tendências ou quebras nessas séries temporais e se a previsão de um ponto futuro da série pode ser feita pelo seu passado imediato. Iremos analisar as séries aos pares. As figuras 4 e 5 e a tabela 5 ilustram a análise sobre números de partidos pequenos e percentual de votos conquistados.

**Figuras 4. N° de Partidos Pequenos por Eleição**



**Figuras 5. Percentual de Votos por Eleição**



Fonte: elaboração dos autores (2015).

**Tabela 5. Modelos de Regressão de Séries Temporais (Teste de Estacionariedade e Ajuste)**

Testes/Medias	Número		Percentual	
	Valores	P-valor	Valores	P-valor
KPPS	0,327	0,100	0,367	0,100
KPPS*	0,143	0,088	0,297	0,010
RVQ	1,640	0,998	2,228	0,998
CHOW	0,820	0,531	1,114	0,482
r <sup>2</sup> Adj	0,207	-	0,712	-
F	1,787	0,313	8,423	0,101
SQR	7.017,219	-	0,023	-

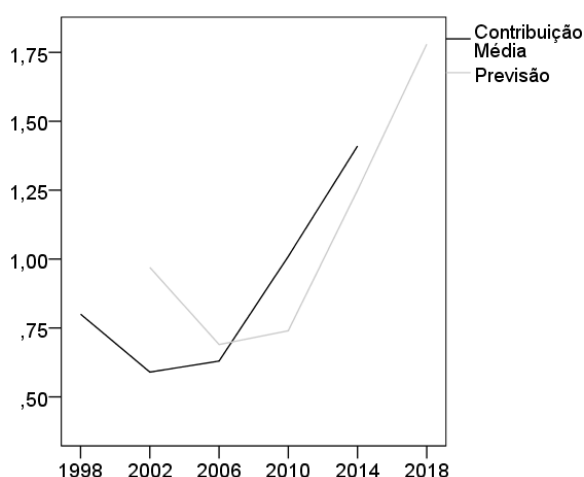
Fonte: elaboração dos autores (2015).

\*KPPS incluindo com tendência determinística.

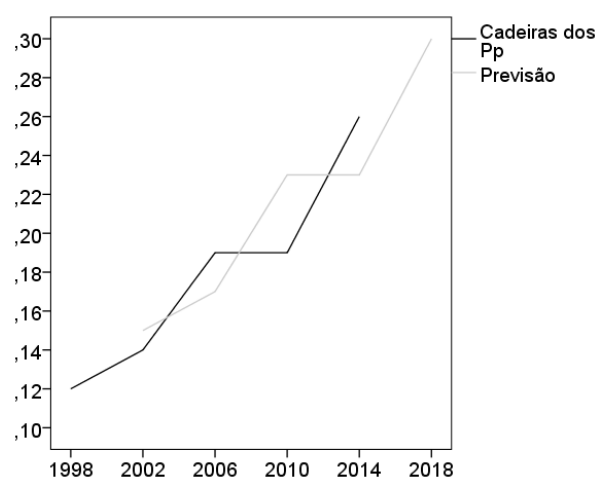
Quanto ao número de partidos, a análise revela que não existe tendência ou quebra na série. A previsão feita pela primeira defasagem apresenta um baixo ajuste ( $r_{adj} = 0,207$ )<sup>13</sup>. Isso também se reflete na soma dos resíduos ( $SQR = 7.017,219$ ). Em conjunto, esses resultados alertam para a baixa qualidade das previsões. De qualquer modo, o ponto futuro aponta uma forte queda no número de partidos, se confirmada, as próximas eleições teriam o menor número de Pp de toda a série (248), uma redução de 54,32%<sup>14</sup>. Vale registrar: cenário muito improvável.

Quanto ao percentual de votos, os testes apontam apenas a possibilidade de existir uma tendência determinística. A previsão pela primeira defasagem tem um ajuste moderado ( $r_{adj} = 0,712$ ). O ponto futuro aponta para o crescimento do desempenho eleitoral médio dos Pp ( $\bar{X} = 1,59$ ), se confirmado, o crescimento será de 12,76%. Na sequência, apresentamos a contribuição dos Pp para as coligações e a média de cadeiras conquistadas.

**Figura 6. Contribuição dos Pp para Coligações por Eleição**



**Figura 7. Cadeiras conquistadas por Pp por Eleição**



Fonte: elaboração dos autores (2015).

A figura 6 apresenta a contribuição média de cadeiras do Pp nas coligações. Comparamos o efeito da retirada de cadeiras das coligações sem a contribuição eleitoral dos partidos pequenos. Os Pp vem contribuindo cada vez mais para suas coligações (0,08 em 1998 e 1,41 em 2014). A figura 7 apresenta a média de cadeiras por UF que

<sup>13</sup> Para maior aprofundamento acerca da estatística e da força do coeficiente, ver Hair *et al.* (2009), Kennedy (2009) e Triola (2011).

<sup>14</sup> Considerando o último pleito realizado como referência. Em decorrência da série de tempo ser bastante curta destacamos que o melhor preditor do número futuro de partidos pequenos é a própria média da série (531).

um Pp conquista. Similarmente os Pp vêm ganhando cada vez mais cadeiras em média (0,12 em 1998 e 0,26 em 2014). A tabela 6 apresenta os dados sobre as séries temporais dessas duas últimas variáveis.

**Tabela 6. Modelos de Regressão de Séries Temporais (Teste de Estacionariedade e Ajuste)**

Medida/Teste	Contribuição		Cadeiras	
	Valores	P valor	Valores	P valor
KPPS	0,317	0,100	0,382	0,100
KPPS*	0,139	0,100	0,255	0,010
RVQ	7,569	0,454	-	-
CHOW	3,784	0,302	0,1748	0,748
r <sup>2</sup> Adj	0,167	-	0,408	-
F	1,603	0,332	3,076	0,221
SQR	0,245	-	0,003	-

\* KPPS incluindo com tendência determinística.

Quanto a contribuição dos Pp para as coligações não existe tendência ou quebra na série. A previsão feita pela primeira defasagem apresenta um ajuste limitado ( $r_{adj} = 0,167$ ). Todavia, a soma dos resíduos é uma das menores dentre os quatro modelos (SQR = 0,245). O ponto futuro aponta para o crescimento da contribuição dos Pp para as coligações. Se confirmada, nas próximas eleições a média de contribuição dos Pp aumentará em 26,24%. Já sobre número de cadeiras conquistadas pelo Pp, os testes apontam a possibilidade de existir uma tendência determinística. A previsão pela primeira defasagem tem um ajuste moderado ( $r_{adj} = 0,408$ ). Comparado todos os modelos de séries temporais anteriores, esse tem a menor soma de resíduos (0,003). O ponto futuro aponta para o crescimento do número de cadeiras conquistadas (0,30). Se confirmado, o crescimento será de 15,38%.

No geral, as séries temporais apontam para o crescimento do desempenho dos partidos pequenos<sup>15</sup>. Não há indícios de quebras ou tendências aleatórias. Quando muito, os testes apontam a possibilidade de existência de tendência determinísticas. Entretanto, a literatura não apresenta qualquer justificativa para esse fato, o que sugere que olhemos esse resultado com ressalvas. Pela ordem, o passado imediato reflete melhor a média do percentual de votos, o número de cadeiras, o número de partidos e a contribuição.

#### 4.2. Testando hipóteses de pesquisa

De acordo com a literatura, os Pp aumentam a volatilidade e reduzem a proporcionalidade (PERES, RICCI e RENNÓ, 2011; KINZO, 2004; BOHN e PAIVA,

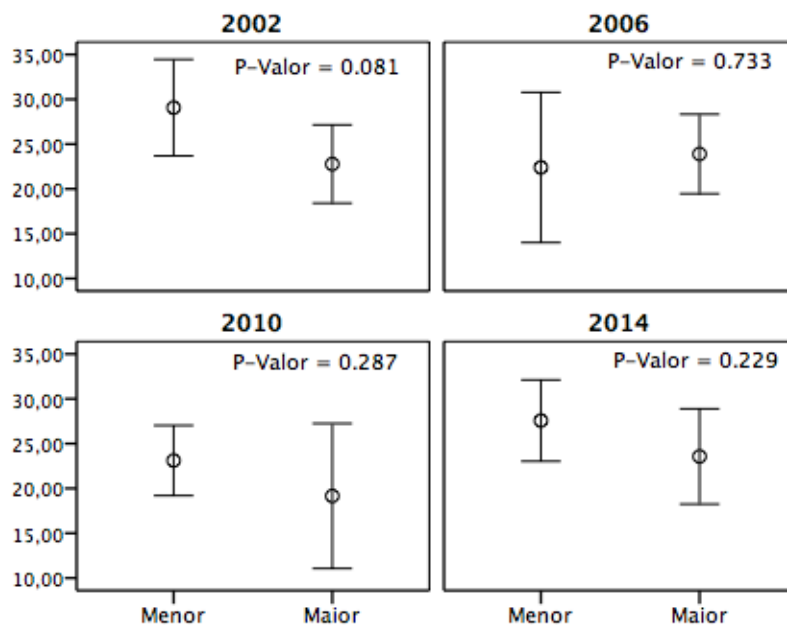
<sup>15</sup> Esse comentário é apoiado exclusivamente no ponto futuro previsto pelos modelos. Não consideramos o intervalo estimado, que normalmente aponta tanto para redução quanto para o crescimento da medida.



Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

2009; KRAUSE *et al*, 2013). Primeiro, tratamos da volatilidade a partir de duas estratégias: (1) comparação entre as médias de volatilidade eleitoral das UFs com maior e com menor número de partidos pequenos e (2) análise da correlação entre volatilidade geral (gerada por todos os partidos) e a volatilidade específica dos Pp. Antes de ir aos testes, é prudente informar que o cálculo da volatilidade representa a oscilação do desempenho eleitoral dos partidos em pares de eleições sequenciadas ( $t$  e  $t + 1$ ). No caso da volatilidade dos Pp, a referência é o primeiro pleito, ou seja, o cálculo corresponde a subtração do desempenho eleitoral dos partidos considerados pequenos no tempo  $t$  com o desempenho dos mesmo na eleição seguinte ( $t+1$ ), ainda que eles tenham deixados de ser pequenos. A figura 8 apresenta a comparação entre as médias da volatilidade eleitoral.

**Figura 8. Volatilidade eleitoral e número de partidos pequenos por eleição (IC 95%)**



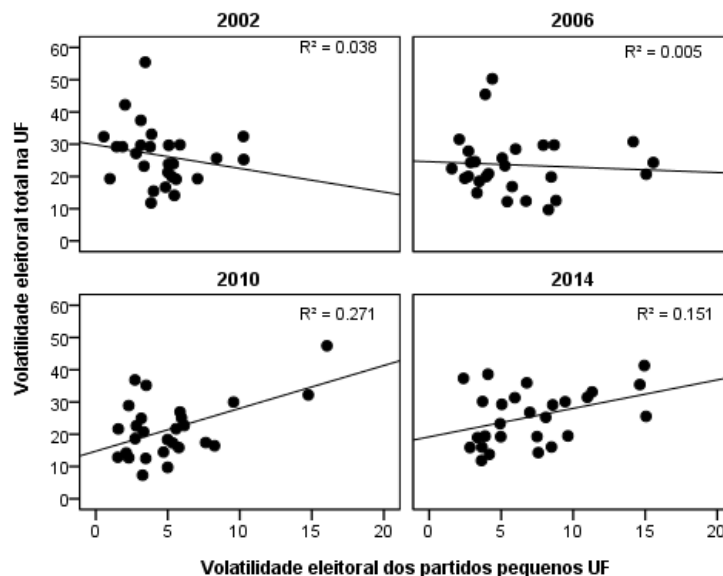
Fonte: elaboração dos autores (2015).

Os 27 Estados mais o Distrito federal foram classificados de acordo com o número de Pp via análise de conglomerados. A média de volatilidade eleitoral dos

estados com menor número de partidos pequenos é maior em três das quatro eleições analisadas (2002; 2010 e 2014). Além disso, em nenhuma delas a diferença entre as médias é estatisticamente significativa. Em conjunto, esses resultados refutam a hipótese levantada pela literatura. O número de Pp não influencia diretamente a volatilidade eleitoral registrada nas UFs.

A análise da correlação entre as volatilidades geral e dos Pp constitui o segundo procedimento para testar essa relação. Precisamente, a volatilidade geral considera todos os partidos em duas eleições consecutivas. A volatilidade dos Pp segue a mesma metodologia, restringindo-se apenas o escopo para os partidos pequenos. O objetivo é verificar o quanto da variância da volatilidade geral pode ser explicada pela volatilidade dos Pp. A figura 9 sumariza essas informações.

**Figura 9. Regressão entre volatilidade eleitoral dos Pp e volatilidade total por eleição**



Fonte: Elaboração dos autores (2015).

A volatilidade eleitoral geral está pouco associada a volatilidade eleitoral dos Pp em 2002 e 2006 ( $r = 0,038$  e  $0,005$  respectivamente), essa relação sofre um aumento em

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

2010 ( $r = 0,271$ ) e uma queda em 2014 ( $r = 0,151$ ). A exceção de 2014, a análise gráfica sugere uma tendência de independência estatística das variáveis. Por exemplo, no pleito que registra maior correlação (2010), a variância compartilhada é de apenas 27,1%, ou seja, 36,4% da variância de cada variável é independente. Isso significa que a maior parte da variância da volatilidade geral não pode ser atribuída a variação da volatilidade dos Pp. Novamente, esse resultado segue na contramão do que aposta a literatura.

De acordo com a literatura, os partidos pequenos afetariam também os resultados eleitorais aumentando a desproporcionalidade do sistema eleitoral. Aposta-se que estes partidos são beneficiados por essa dinâmica. Testamos esse argumento de duas formas: (1) analisamos a associação entre ultrapassar do quociente eleitoral e conquistar cadeiras na Câmara dos Deputados e (2) comparação da média de desproporcionalidade entre grupo de partidos de tamanhos diferentes.

No Brasil as coligações permitem que um partido eleja um candidato sem alcançar o quociente eleitoral ou alcançar o quociente sem eleger nenhum candidato. As duas situações representam distorções da proporcionalidade. Parte da literatura nacional acredita que essa dinâmica favorece alguns tipos de partidos políticos, notadamente os pequenos. Por isso, a tabela 7 resume essa distorção considerando o tamanho dos partidos.

**Tabela 7. Proporcionalidade por tamanho dos partidos**

		Elegeu?		Total	
		Não	Sim		
Pequenos	Ultrapassou quociente eleitoral?	Não	89,30	10,70	100,00
		Sim	2,70	97,30	100,00
	Total		84,90	15,10	100,00
Médios	Ultrapassou quociente eleitoral?	Não	34,10	65,90	100,00
		Sim	0,00	100,00	100,00
	Total		19,20	80,80	100,00
Grandes	Ultrapassou quociente eleitoral?	Não	20,90	79,10	100,00
		Sim	0,90	99,10	100,00
	Total		6,00	94,00	100,00

Fonte: elaboração dos autores (2015).

Pequenos:  $N = 2190$ ;  $x = 615,544$ ;  $p\text{-valor} = 0,000$ ;  $CC = 0,468$ ;  $p\text{-valor} = 0,000$ .

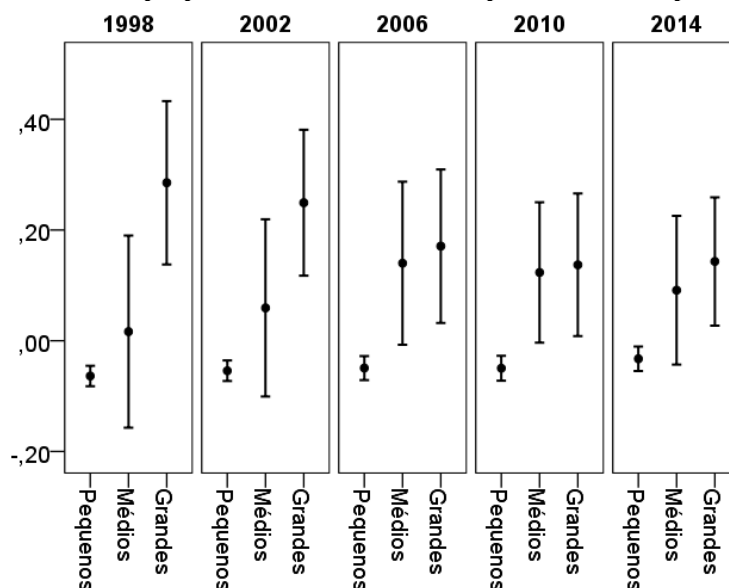
Médios:  $N = 302$ ;  $x = 55,740$ ;  $p\text{-valor} = 0,000$ ;  $CC = 0,395$ ;  $p\text{-valor} = 0,000$ .

Grandes:  $N = 452$ ;  $x = 60,936$ ;  $p\text{-valor} = 0,000$ ;  $CC = 0,345$ ;  $p\text{-valor} = 0,000$ .

Do ponto de vista da desproporcionalidade a frequência de *ultrapassagem do quociente e não eleição* são os cruzamentos mais significativos (dados em cor cinza). Isso porque ele informa quem é mais prejudicado pela desproporcionalidade. Os partidos pequenos são menos favorecidos, já que 2,70% dessas legendas ultrapassaram

o quociente e não elegeram nenhum candidato. Se comparado com os partidos grandes, isso aconteceu com 0,90% e não aconteceu com nenhum dos partidos médios. Em resumo, a desproporcionalidade não favorece os Pp. Uma maneira de verificar e refinar esses resultados é comparar a média de desproporcionalidade considerando o tamanho dos partidos<sup>16</sup>. A figura 10 ilustra esse exercício.

**Figura 10. Média da desproporcionalidade do sistema por tamanho de partidos (IC 95%)**



Fonte: elaboração dos autores (2015).

Aqui incluímos apenas os partidos que se coligaram. Caso o sistema fosse perfeitamente proporcional todas as médias estariam na linha pontilhada (porque a diferença entre as cadeiras com as coligações e sem elas seria 0). O número de cadeiras

<sup>16</sup> Calculamos a desproporcionalidade da seguinte maneira: (1) recalculamos as cadeiras que os partidos teriam direito se concorressem sem coligações (votos de um partido  $x$ , dividido pelo quociente eleitoral); e (2) subtraímos as cadeiras que os partidos ganharam de fato pelas cadeiras que eles ganhariam se o sistema fosse perfeitamente proporcional. Em suma, nosso indicador de proporcionalidade é a diferença entre as cadeiras que o partido ganhou mediante o jogo das coligações, menos as cadeiras que ele ganharia mediante seus votos num sistema perfeitamente proporcional.

conquistadas seria diretamente proporcional ao número de votos conquistados. Não é o que acontece. Alguns partidos acabam se beneficiando da política de coligações. Independentemente do pleito, os partidos que mais se beneficiam da desproporcionalidade são os médios e os grandes. A média dos partidos pequenos está abaixo de zero em todas as eleições. Isso significa que eles estão recebendo menos cadeiras do que conseguiriam se o sistema fosse perfeitamente proporcional. Esse resultado ratifica o anterior, ou seja, aponta que os Pp não se beneficiam das coligações eleitorais.

## **5. Considerações Finais**

Neste trabalho analisamos o impacto e o desempenho eleitoral dos partidos pequenos no Brasil nas eleições para Deputado Federal no período de 1998 a 2014. Em termos de definição, classificamos os partidos em função de seu tamanho com base em uma análise de *cluster*. Nossa primeira contribuição é um critério transparente e refutável para mensurar o tamanho dos partidos políticos.

No que se refere ao desempenho eleitoral, os partidos pequenos, em média, tem aumentado sua participação no cenário político brasileiro, alçando maiores parcelas do eleitorado, contribuindo significativamente para suas coligações em termos de votos e cadeiras conquistadas. No entanto, esses resultados além de serem proporcionais ao seu tamanho não dão indícios de tendências.

No que se refere aos testes de hipóteses, analisamos o impacto dos partidos pequenos na volatilidade eleitoral e seu efeito na proporcionalidade do sistema. Os resultados sugerem que a volatilidade eleitoral tem sido pouco afetada pela oferta de partidos pequenos e por sua volatilidade particular. Do ponto de vista da proporcionalidade, os partidos pequenos tem um efeito menor do que os outros partidos, bem como tem sido sistematicamente os menos favorecidos pela desproporcionalidade do sistema na política de coligações. Estes achados estão na contramão dos apontamentos da literatura. Portanto, esse artigo apresenta grandes novidades a respeito do que sabemos sobre os partidos pequenos.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Leânia (2007), *Cláusula de barreira: comportamento eleitoral e desempenho partidário nas eleições de 2002 e perspectivas para 2006*. Monografia

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

(especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados.

ANASTASIA, Fátima; SANTOS, Manoel (2014), “Sistemas Partidários no Brasil: continuidade e mudança”. In: Lavareda, Antônio; Soares, Glacio. (eds.). *A Relevância da Ciência Política - Comentários à contribuição de Olavo Brasil de Lima Jr.* 1ed. Rio de Janeiro: Revan, v. 1, p. 149-187.

ASSIS, Eder (1997), “Goiás: Os partidos, as eleições e as transformações recentes”. In: LIMA Jr., Olavo B. (eds.) *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências 1982-94.* Rio, Ed. FGV.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise (2009), A Volatilidade Eleitoral Nos Estados Sistema Partidário e Democracia no Brasil. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208.

CARREIRÃO, Yan (2006), Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), Campinas, v. 12, n.1, p. 136-163.

CARREIRÃO, Yan (2012), O sistema partidário brasileiro: um balanço de tendências recentes. In: *36º Encontro Anual da Anpocs*, 21 a 25 de Outubro de 2012. Águas de Lindóia – SP.

DANCEY, Christine. & REIDY, John (2006), *Estatística sem Matemática para Psicologia Usando SPSS para Windows.* 3ª edição. Porto Alegre: Artmed.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio (2004), Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. *Leviathan*, n. 1, p. 181-200.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio (2010), “Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008”. In: KRAUSE, Silvia; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis. (eds.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências.* Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Ed. ENESP.

DOWNS, Anthony (1999), *Uma teoria econômica da democracia.* São Paulo: EDUSP.

FEREJOHN, John (1997), *Accountability and authority: toward a theory of political accountability.* Mimeo.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando (1995), Os Partidos Políticos Na Câmara dos Deputados. *DADOS*, v. 38, n.3, p. 497-526.

GUGIU, Mihaiela; CENTELLAS, Miguel (2013), The Democracy Cluster Classification Index. *Political Analysis*, 21(3), 334-349.

MARCHETTI, Vitor (2008), *Poder Judiciário e Competição Política no Brasil: uma análise das decisões do TSE e do TSF sobre as regras eleitorais.* São Paulo. Tese de Doutorado, PUC-SP.

FLEISHER, David (2007), “Os partidos políticos” In: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio (eds.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução.* Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, pp. 303-348.

HAIR, Joseph. *et al.* (2009), *Multivariate Data Analysis.* 6ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall.

KENNEDY, Peter (2009), *Manual de econometria.* Elsevier.

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

KINZO, Maria (2004), Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 19 N°. 54, pp. 23 – 51.

KRAUSE, Silvana; PAIVA, Denise; RIBEIRO, Pedro; MELO, Paulo (2013), Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil. Conference: *VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política - ALACIP*, At Bogotá, Colombia.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (eds). (2005), *Partidos e Coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-AdenauerStiftung / Editora UNESP.

LIMA Jr., Olavo (1983), *Partidos políticos brasileiros – 45 a 64*. Rio de Janeiro: Graal.

LIMONGI, Fernando; CORTÊZ, Rafael (2010), As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos CEBRAP*, 88, novembro, pp. 21-37.

MACHADO, Aline (2005), “A lógica das coligações no Brasil” In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (eds.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e UNESP, p. 43-83.

MACHADO, Aline (2012), *Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras*. Rio de Janeiro : Elsevier.

MAINWARING, Scott (1999), *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano (2005), Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, vol.11, n.2, pp. 249-286.

MELO, Carlos (2010), Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, pp. 13-41.

MELO, Carlos (2011), Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. Ver. *Bras. Ciências. Soc.* Vol. 26, nº 75, pp. 57 – 91.

MELO, Carlos; CÂMARA, Leonardo (2012), Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 1, pp. 71 a 117.

MELO, Paulo; EV, Leonardo (2014), De onde vêm e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros. In: Seminário Nacional Sociologia e Política, 2014, Curitiba.

MENEGUELLO, Rachel (1998), *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985 – 1997)*, São Paulo, Paz e Terra.

NICOLAU, Jairo (2006), O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, nº 4, pp. 689-720.

NOVAES, Carlos (1996), Dinâmica institucional da representação? Individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebap*, 38, 99-147.

OLIVEIRA, Isabel (1973), Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962), *DADOS*, Rio de Janeiro: vol.10 n.4.

PERES, Paulo; RICCI, Paolo; RENNÓ, Lúcio (2011), A variação da volatilidade Eleitoral no brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. *Latin American Research Review*, Vol. 46, nº. 3, pp. 46 – 68.

Artigo apresentado no X Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Belo Horizonte, 30 de Agosto a 02 de Setembro – 2016.

RABAT, Nuno (2012), Impacto das propostas da comissão de reforma política sobre os pequenos partidos. *Nota Técnica*, Câmara dos Deputados, Brasília, DF.

RODRIGUES, Leôncio (1995), Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. *Novos Estudos CEBRAP*, N.º 41, março, pp.78-90.

SCHUMPETER, Joseph (1952), *Capitalism, socialism, and democracy*. 4. ed. Londres: Allen & Unwin.

SOUZA, Carlos; CAVALCANTE, Maria (2012), Padrões geográficos das coligações eleitorais no Brasil: uma análise pela perspectiva ideológica dos partidos políticos - 2002 e 2006. In: *36º Encontro Anual da Anpocs*, Águas de Lindóia-SP.

TRIOLA, Mario (2011), *Introdução à Estatística*. 10ª.ed. Editora LTC, Rio de Janeiro.